

**SECRETARIA DE PLENÁRIO**

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 073/2025**, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SUBSTITUTIVO Nº 001/2025, de 10 de novembro de 2025, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, de 03 de outubro de 2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal.

**ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 479, DE 26 DE ABRIL DE 2007, E DA LEI COMPLEMENTAR N. 096, DE 20 DE JANEIRO DE 2022, REVOGA DISPOSITIVO(S) DA LEI COMPLEMENTAR N. 099, DE 21 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprova e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O art. 110 da Lei Municipal nº 479, de 26 de abril de 2007, alterado posteriormente pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 096, de 20 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 110.** A alíquota da contribuição previdenciária destinada ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí - ICAPREV, corresponderá a:

I – 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição definida no inciso XI do art. 16 desta Lei, para os servidores efetivos ativos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os das Autarquias Municipais, que ingressaram no serviço público desta Municipalidade até a data de início da vigência do plano de benefícios do Regime Previdência Complementar e que não tenham migrado para a sistemática desse regime;

II – 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição definida no inciso XI do art. 16 desta Lei, limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para os servidores efetivos ativos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os das Autarquias Municipais, que ingressaram no serviço público desta Municipalidade após a data de início da vigência do plano de benefícios do Regime Previdência Complementar independentemente de terem optado por participar desse Regime.

**Art. 2º.** O art. 25 da Lei Complementar Municipal nº 096, de 20 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 25.** Serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as disposições constitucionais e legais fixadas para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos

**SECRETARIA DE PLENÁRIO**

Civis da União, naquilo que couber, inclusive quanto às regras de transição.

I – Aos servidores públicos municipais bem como às pensões deles decorrentes, aplicam-se as regras previstas nos artigos 3º, 4º, 8º, 10, 20, 21, 22, 23 e 26 da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, observadas, no âmbito do Regime Próprio de Previdência do Município de Icapuí, as especificidades previstas nesta Lei Complementar.

II – Quanto à regra estabelecida pelo art. 20, Inciso IV da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, no âmbito do Município de Icapuí, o período adicional de contribuição de que trata o dispositivo, corresponderá, até o último dia do ano de 2025, a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data da entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 096 de 20 de janeiro de 2022, faltaria para o servidor atingir o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e de 35 anos de contribuição, se homem.

III – O percentual estabelecido no inciso anterior será acrescido, para todos os servidores que implementarem os requisitos para a concessão de aposentadoria por esta regra, de 5% (cinco por cento) por ano, até atingir o limite total de 70% (setenta por cento), no ano de 2031, permanecendo esse percentual para os anos subsequentes.

**Art. 3º.** Ficam revogadas todas as disposições legais em contrário, notadamente, o artigo 17 da Lei Complementar nº 096, de 20 de janeiro de 2022.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUI-CE, em 19 de novembro de 2025.

**Normando Nonato da Silva**  
Presidente